

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 532.176 - SP (2019/0268575-1)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ROSELY GALVÃO MOTA - SP264777
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : PETERSON CASSIO DE FREITAS (PRESO)
PACIENTE : JULIO CESAR SILVEIRA DE CAMARGO (PRESO)
PACIENTE : RONALD SANTOS LOPES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

PETERSON CASSIO DE FREITAS, JULIO CESAR SILVEIRA DE CAMARGO e RONALD SANTOS LOPES – condenados em primeira instância a 6 anos e 5 meses de reclusão, em regime fechado, mais multa, pela prática dos crimes previstos nos arts. 157, § 2º, I e II (duas vezes), na forma do art. 70, ambos do Código Penal – alegam sofrer coação ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** na Apelação n. 0005623-98.2017.8.26.0309, que rejeitou a preliminar, negou provimento ao recurso defensivo e deu provimento à apelação ministerial para condenar os insurgentes também pelo crime de corrupção de menores.

Neste *writ*, a defesa busca seja expedido contramandado de prisão ou alvará de soltura aos réus. No mérito, requer a concessão da ordem para que eles possam aguardar em liberdade o trânsito em julgado da condenação.

Deferida a liminar (fls. 319-322) e prestadas as informações (fls. 371-406), veio parecer do Ministério Público Federal, que opinou pela concessão parcial da ordem (fls. 408-412).

Decido.

Acerca da determinação de execução imediata, a matéria foi objeto de novo exame pela Corte Suprema, em 5/10/2016, **nas Ações Diretas de Constitucionalidade n. 43 e 44**, ocasião em que o Plenário, ao indeferir a tutela cautelar, **conferiu interpretação conforme ao art. 283 do Código de Processo Penal** ("Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado

ou, no curso da investigação ou do processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva") para assentar que **encontra guarida no texto constitucional o início da execução da pena após prolação de acórdão condenatório.**

Tal entendimento foi reafirmado no julgamento, em 10/11/2016, do **ARE n. 964.246/SP, examinado sob a sistemática da repercussão geral**, instituto inserido no contexto da objetivação do controle difuso de constitucionalidade, dado que a decisão valerá para todos os recursos sobre matéria idêntica, consoante disposto nos arts. 1.039, *caput* e parágrafo único, e 1.040, I, II e II, ambos do Código de Processo Civil, **de maneira a conferir eficácia *erga omnes* e vinculante à decisão do Supremo Tribunal Federal proferida em recurso extraordinário.**

Todavia, no caso, **como bem colocou o Ministério Público Federal "não se constata o exaurimento das instâncias ordinárias" (fl. 411)**, situação que enseja a suspensão do mandado de prisão expedido para o início de cumprimento da pena até que ocorra o esgotamento da jurisdição ordinária.

Nesse sentido:

[...]

1. Consoante entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do ARE n. 964.243, sob a sistemática da repercussão geral, é possível a execução da pena depois da prolação de acórdão em segundo grau de jurisdição e antes do trânsito em julgado da condenação, para garantir a efetividade do direito penal e dos bens jurídicos constitucionais por ele tutelados.

2. Na hipótese em que foi permitido à ré recorrer em liberdade, soa desarrazoado que a expedição de mandado de prisão ocorra de forma automática, tão logo seja prolatado ou confirmado o acórdão condenatório, ainda passível de integração pelo Tribunal de Justiça.

3. Ordem concedida para, confirmada a liminar, assegurar à paciente o direito de aguardar em liberdade **o esgotamento da jurisdição ordinária.**

(HC n. 366.907/PR, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 16/12/2016, destaqueei).

[...]

1. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do HC 126.292/SP, por maioria de votos,

Superior Tribunal de Justiça

firmou o entendimento de que é possível a execução provisória de acórdão penal condenatório, ainda que sujeito a recursos de natureza extraordinária, não havendo que se falar em ofensa ao princípio da presunção de inocência, compreensão que foi recentemente confirmada pelo aludido Colegiado ao apreciar as ADCs 43 e 44.

2. Em atenção ao que decidido pelo Pretório Excelso, esse Sodalício passou a admitir a execução provisória da pena, ainda que determinada em recurso exclusivo da defesa, afastando as alegações de *reformatio in pejus* e de necessidade de comprovação da presença dos requisitos previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal, uma vez que a prisão decorrente da decisão que confirma a condenação encontra-se na competência do juízo revisional, não dependendo da insurgência da acusação. Precedentes.

3. Na espécie, de acordo com extrato de movimentação processual obtido na página eletrônica do Tribunal de origem, ainda estão pendentes de julgamento embargos infringentes e de nulidade opostos contra o acórdão proferido no julgamento do recurso de apelação, o que impede a execução provisória da sanção imposta ao paciente, à luz do que decidido pela Corte Suprema. Precedente do STJ.

4. Ordem concedida para suspender a execução provisória da pena imposta ao paciente **até o esgotamento da jurisdição ordinária.**

(HC n. 366.694/SP, Rel. Ministro Jorge Mussi, 5ª T., DJe 14/2/2017, destaquei)

À vista do exposto, **concedo a ordem, para confirmar a liminar anteriormente concedida, a fim de suspender os efeitos do acórdão impugnado, notadamente na parte em que determina a expedição de mandado de prisão em desfavor dos pacientes, com fim de execução provisória da pena imposta. Os réus deverão permanecer em liberdade até o prévio esgotamento das instâncias ordinárias, se por outro motivo não houver necessidade de serem presos. Na hipótese de esgotar-se a jurisdição ordinária, cessam, automaticamente, os efeitos da ordem ora concedida.**

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

